



O “martírio” islâmico-palestino

(Nan Jacques Zilberdik, Ephraim D. Tepler, Itamar Marcus, *Algemeiner*, 13 e 23.08; Khaled Abu Toameh, *JNS*, 27.08)

Para o Irã, os palestinos e seus aliados, o fim do conflito com Israel não depende de fronteiras, refugiados, prisioneiros ou assentamentos, mas de sua convicção de que Israel simplesmente não tem o direito de existir, é parte da Jihad (guerra santa) entre muçulmanos e não muçulmanos. O argumento religioso é que Israel ocupa um território que já foi islâmico e teria de voltar a sê-lo, assim como um muçulmano não pode desertar sua crença sob pena de ser executado - e Jerusalém abriga a mesquita de Al-Aqsa, que Maomé teria sobrevoado num cavalo branco a caminho do céu. Além disso, os judeus da Península Arábica teriam sido inimigos do Islã porque se opuseram à decisão de Maomé de convertê-los.

Assim sendo, Hamas, Hezbola e a Jihad Islâmica Palestina descrevem regularmente os seus membros como “mujahidin” (guerreiros jihadistas) que sacrificam as suas vidas na luta contra os “inimigos de Alá e do islã”.

Esse sacrifício é chamado de “martírio” - shahada, em árabe – e é intensamente utilizado por políticos palestinos, nas mesquitas, nas escolas, na mídia e na internet para incentivar e justificar as mortes dos militantes, terroristas e também da população civil quando causadas, direta ou indiretamente, por ocasião de ataques (ou seus preparativos) a israelenses e judeus em geral. Segundo o Corão, os mártires têm direito ao paraíso, que entre suas benesses promete aos homens o casamento com 72 virgens.

O recém executado Ismail Hanyeh, chefe político do Hamas, declarou o seguinte após o massacre de 07.10.23 em Israel:

“O sangue (derramado) na Faixa de Gaza...vai derrotar o ocupante, vai derrotar o inimigo...O sangue das crianças, mulheres e idosos... necessitamos desse sangue para que ele acenda em nós o espírito da revolução...(da) persistência...para avançar” (sítio da Al Jazira, 26.10.2023).

Tal como o Hamas, a Autoridade Palestina (AP) advoga o uso de escudos humanos e mortes de civis. Segundo o seu Assessor de Assuntos Religiosos e Relações Islâmicas, Mahmoud Al-Habbash, “quem busca o martírio receberá esse status, mesmo se morre em sua cama” e Tayseer Nasrallah, membro do Conselho Revolucionário do Fatah (o partido da AP), “Todo o povo palestino está unido para o martírio, que é um valor sagrado para nós” (TV oficial da AP, 24.04.2024)



A lavagem cerebral dos palestinos resulta em que pelo menos parte da própria população aceita o sacrifício de suas crianças:

- A tia do terrorista Ashraf Nafea, Intisar Nafea: “Alá seja louvado, o (adolescente) Ashraf nos enche de orgulho; Em agosto (2024) ele devia fazer 18 anos. Eu queria dar-lhe um presente de aniversário. Ele disse: “Consiga-me uma esposa”. Eu disse: “(Você terá) 72 (virgens) como o seu tio”. Ele disse: “Certo. Eu não quero casar com uma mulher deste mundo, quero uma do próximo mundo” (TV oficial da AP, 23.07.2024).

- A mãe do terrorista Abd Al-Jabbar Al-Sabbagh: Ele disse: “Mamãe, esta é a última semana que você me vê. Deseje-me felicidades...Sinto que não vou permanecer (vivo) mais tempo, estou indo encontrar as virgens de olhos negros no paraíso, quero o martírio”. Eu disse: “Alá ficará satisfeito com você” (TV oficial da AP, 03.08.2024).

- Dezesseis estudantes tiveram êxito em alcançar o martírio e superaram as dificuldades, pois a morte como mártir é o caminho para a excelência e a grandeza, a trilha daqueles que sabem como conquistar uma grande vitória (WAFA, agência oficial de notícias da AP, 11.07.2016).

(Nota da Redação: O sacrifício de vidas humanas por motivos religiosos acompanha a humanidade desde as civilizações mais antigas do Oriente, como a egípcia e a fenícia, as das Américas, como os astecas, incas e maias. Com frequência, o discurso religioso estava associado a obter dos deuses boas colheitas, a vitória sobre os inimigos ou a vida eterna.

Na Idade Média, com as cruzadas, assim como nos tempos modernos, sempre houve exemplos de sacrifícios humanos associados a uma suposta vontade ou recompensa divinas, mesmo quando ambições estritamente humanas deveriam prevalecer. Assim, a versão islâmica da “shahada” nada tem de original, mas sua difusão está promovendo o terrorismo em todos os continentes.

A religião judaica defende a vida como um valor supremo. Segundo Genesis 22, o Senhor ordenou inicialmente a Abraão que imolasse o seu filho Isaac para provar sua devoção, mas impediu que o ato se consumasse ao instruir o pai a sacrificar um cordeiro em seu lugar. Com esse “avanço civilizatório” de proibir sacrifícios humanos, os antigos israelitas se distinguiram dos seus vizinhos que os praticavam e, no confronto com os palestinos, essa diferença permanece.

O exemplo atual mais evidente fornece o Hamas, que atacou Israel em 7 de outubro de 2023 e capturou reféns sabendo que haveria retaliação. O Hamas assegura aos militantes o uso de uma extensa rede de túneis, enquanto atiram seus foguetes e mísseis da superfície, intencionalmente em meio à sua população civil, junto a mesquitas, escolas e hospitais, que sofre os inevitáveis efeitos da ação militar israelense para eliminar as bases de lançamento dos ataques.



Ao ficar evidente que não poderia vencer, qualquer país ou movimento combatente racional procura negociar logo uma solução para o conflito, ou mesmo aceitar as condições de uma derrota, mas os islamistas prolongam uma guerra que já custou a vida de talvez 23 mil civis de Gaza, além dos 17 mil milicianos mortos em combate. Essa diferença entre a valorização da vida ou da morte foi observada pela Primeira-Ministra Golda Meir na década de 1970 ao dizer (referindo-se então ao mundo árabe) que o conflito com Israel só terminaria “quando eles amassem mais os seus filhos do que nos odeiam”).

A busca do cessar fogo em Gaza

(Jonathan Speyer, Spectator, R.U, 22.08; Elon Perry, Jewish Chronicle, R.U. 28.08; Efraim Inbar, Jerusalem Post, 22.08)

As negociações sobre um cessar fogo e a possibilidade do fim da guerra em Gaza têm encontrado grandes dificuldades para superar as divergências de fundo entre Israel e o Hamas. Os palestinos querem um acordo que possam apresentar, em alguma medida, como uma vitória, exigindo a retirada total das forças israelenses de Gaza, um compromisso de Israel para um cessar fogo de longa duração e a ausência de qualquer decisão sobre como seria a futura governança da área, o que lhe permitiria restaurar seu pleno controle sobre Gaza. Esses objetivos seriam acompanhados da libertação de milhares de terroristas palestinos por parte de Israel em troca da libertação de (e não “dos”) reféns israelenses.

Se Israel aceitar essas condições, terá fracassado no seu objetivo declarado de impedir que o Hamas execute novos ataques, pois poderá contar com a ajuda militar do Irã e a financeira do Catar, além do desvio de recursos da cooperação humanitária internacional.

Mais fundamental, o Hamas comprovaria dessa forma que, para alcançar seus objetivos estratégicos contra Israel, é necessário, como ocorreu no 7 de outubro, atacar diretamente a população civil israelense e fazer reféns como elemento de barganha para negociar posteriormente em condições vantajosas.

(N. da R.: A mediação comandada pelo governo americano tem atuado intensamente, buscando uma solução temporária para substituir um cessar fogo de mais longa duração e que até agora não foi possível alcançar. Israel tem procurado colaborar com as iniciativas diplomáticas de seu grande aliado, com a ressalva de que não considera aceitável o simples retorno à situação anterior, com o Hamas no controle de Gaza e em condições de rearmar-se.

Os analistas geralmente coincidem em que o Hamas não pode ser eliminado, porque encarna uma convicção arraigada na população, que lhe forneceria sempre novos “mujahidin”, assim como seria impossível impedir totalmente o seu acesso a armas contrabandeadas. Os israelenses levam isso em conta e Netanyahu deixou claro que não se trata de governar Gaza, mas de manter alguma forma de



supervisão e intervenção no campo da segurança, tal como exercerr um policiamento direto na fronteira de Gaza com o Egito, por onde o Hamas obtinha armamento, e neutralizar terroristas por meio de ações tópicas (“raids” e bombardeios) em vez de voltar a ocupar o território.

A recuperação dos reféns é a questão possivelmente mais complexa do ponto de vista prático e ético. Elon Perry relatou que, segundo a inteligência israelense, o líder do Hamas Yahya Sinwar mantém 20 reféns ao seu lado como escudo pessoal e por isso não foi possível eliminá-lo até agora. Segundo essa fonte, os demais prisioneiros estariam em mãos de grupos terroristas menores, como Jihad Islâmica Palestina, Frente Popular de Libertação da Palestina e das “Brigadas” Mujahidin, Salah Al-Din, e Mártires de AL-Aqsa – e eles querem negociar a libertação de prisioneiros palestinos de suas próprias facções, o que incluiria 1.236 assassinos condenados à prisão perpétua em Israel.

Sobre o assunto, Efraim Inbar citou o Talmud (Mishna Gittin), pelo qual resgatar prisioneiros é um comando importante, mas não absoluto: “não se recuperam reféns em troca de mais do que é possível à luz de um valor maior – tikkun olam – para que os captores não busquem aumentar o número de cativos” (tradução aproximativa). Inbar menciona ainda que um comitê que tratou do tema sob a presidência do juiz da Suprema Corte de Justiça Meir Shamgar concluiu que o resgate dos reféns não deveria ser “excessivo” e, embora definir o que seria um “preço razoável” tenha de ser debatido, o princípio é correto.

O citado autor entende que o “cálculo moral” deve incluir o fato de que libertar um número desconhecido de terroristas para recuperar alguns reféns provoca um risco tangível para os cidadãos israelenses, dado que os mais de mil palestinos libertados em 2011 - inclusive o próprio Sinwar - em troca do soldado Gilad Shalit foi responsável pela morte posterior de muitos israelenses.

Mais além de qualquer negociação sobre um cessar fogo e resgate de reféns, o resultado de uma futura governança em Gaza é ainda menos previsível. O que parece mais claro é que uma eventual opção pela paz em Gaza dependeria de uma mudança profunda das convicções dos seus habitantes e lideranças, como ocorreu na Alemanha e no Japão após a II Guerra Mundial. Só que neste caso as circunstâncias são inteiramente diversas, pois não se antevê a hipótese de uma longa ocupação militar - como fizeram os países aliados, inclusive a URSS – com medidas de incentivo e de repressão capazes de promover uma eficaz “desradicalização”, o que de todo modo levaria mais de uma geração).